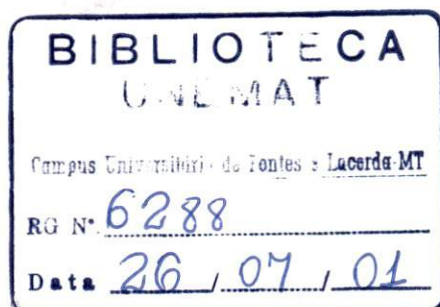


ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA

A LÍNGUA DENOMINADA “CULTA”:
UMA VARIANTE DE PRESTÍGIO E PODER

Tadna Rios Figueredo

81127
F 4752
Ex 1
C92569504

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA

**A LÍNGUA DENOMINADA “CULTA”:
UMA VARIANTE DE PRESTÍGIO E PODER.**

**Ensaio monográfico apresentado para a
conclusão do Curso de Licenciatura Plena
em Letras – UNEMAT – Campus
Universitário de Pontes e Lacerda.**

Orientador: Jones Ferreira Vicente.

Pontes e Lacerda – MT, Julho de 2001

AGRADECIMENTOS

A Deus por todos esses anos que esteve comigo, iluminando-me para aprender e assimilar os ensinamentos recebidos, e também pelas vezes que renovou minhas forças quando o desânimo se abateu sobre mim durante a cada hora da árdua batalha, todo agradecimento é sempre muito pouco.

Contudo, peço-te ó Deus, que continue comigo agora que sigo o meu caminho, abrindo-me novos horizontes, dando-me a sensibilidade e a sagacidade para o pleno exercício de minha profissão.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, os quais amo, por terem permitido que eu existisse e depois por terem me amado tanto, e que mesmo distante não deixaram de aquecer-me com vosso amor, incentivando-me e apoiando-me para que hoje, com gratidão possa apresentar-lhes meu diploma - *a prova da nossa luta*. É para vocês que hoje, ofereço a alegria que sinto.

Obrigada!

*Toda a terra tinha uma só língua e uma só fala.
Eis que o povo é um e todos têm uma só língua;
e isto que eles estão fazendo é o começo;
agora não terão limites para tudo o que eles
pretendem fazer.*

(Gênesis 11:01,06)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
AS VÁRIAS INTERPRETAÇÕES DA LÍNGUA FALADA: LÍNGUA COLOQUIAL X GRAMÁTICA / LÍNGUA COLOQUIAL X LINGÜISTAS	09
A LÍNGUA DENOMINADA “CULTA”: UMA VARIANTE DE PRESTÍGIO E PODER	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
BIBLIOGRAFIA.....	22
ANEXOS	24
ANEXO I	25
ANEXO II	26
ANEXO III	27

INTRODUÇÃO

A origem do tema deste ensaio monográfico intitulado *A língua denominada "cultura": uma variante de prestígio e poder*, partiu do anseio de uma questão muito particular que envolve minha família mais especificamente, a minha mãe.

Embora tenhamos vindo para o Norte de Mato Grosso de uma região mais desenvolvida, Sudeste, fui motivo de gozação dos meus colegas de sala, quando pronunciava, mais arrastadamente, palavras com a letra r. Antes de ingressar na faculdade, sempre ouvi minha mãe, que é descendente de nordestinos pronunciar por exemplo a palavra registrar, mas a letra "g" quando ela fala, assume um som de "z" /rezistrar/ e eu por não ter ainda um pouco mais de conhecimento das variedades lingüísticas sempre a corrigi dizendo: *mainha não é rezistrar, é registrar, você está falando errado*.

No entanto, para a realização deste trabalho, faz-se necessário uma pesquisa de campo, para coleta de dados que venham dar maior sustentação às afirmações feitas.

Para a coleta dos dados escolhemos um tema que no momento está no auge em nosso município, que é a questão dos menores na rua após às 22:00 horas. Elaboramos uma única questão: — *O que você acha da lei imposta no município de Pontes e Lacerda, pelo juiz da Infância e Adolescência, a qual proíbe a circulação de menores após às 22:00 hs, mesmo com a companhia dos pais?* Entrevistamos três (03) pessoas, repetindo a mesma questão.

Queremos ressaltar que não analisaremos a opinião que os mesmos têm em relação ao assunto proposto, uma vez que a metodologia utilizada fora somente um pretexto, pois nosso objetivo é verificar como os entrevistados se expressam na oralidade.

I- AS VÁRIAS INTERPRETAÇÕES DA LINGUAGEM FALADA.

Para tratar o tema escolhido faz-se necessário a abordagem de alguns assuntos e obras, os quais estarão dando sustentação teórica para chegarmos às comparações e análises propostas. De antemão, cabe ressaltar a importância da língua em nossas vidas, pois mesmo sem perceber, estamos utilizando-a para atuar no meio em que vivemos, e isso torna-nos uma raça diferente. Iniciaremos a discussão do assunto proposto acima, a partir da afirmação de Orlandi :

Há muitas maneiras de se estudar a linguagem: concentrando a nossa atenção sobre a língua enquanto sistema dos signos ou como sistema de regras formais, e temos então a Lingüística; ou como normas de bem dizer, por exemplo, e temos a Gramática normativa. Além disso, a própria palavra gramática como a palavra língua podem significar coisas muito diferentes, por isso as gramáticas e a maneira de se estudar a língua são diferentes em diferentes épocas, em distintas tendências e em autores diversos. Pois é justamente pensando que há muitas maneiras de se significar que os estudiosos começaram a se interessar pela linguagem de uma maneira particular (...). (ORLANDI, 1999 : 15)

A partir do momento em que se constituiu a Lingüística como ciência autônoma, começo do século XX, os estudos sobre a linguagem tiveram um grande avanço, o que fez com que a Lingüística obtivesse bastante sucesso entre as Ciências Humanas.

Com base em conceitos pré-estabelecidos, a língua é um sistema de signos convencionais usados pelos membros de uma comunidade, assim sendo cada pessoa pode utilizar a língua de seu grupo social de uma maneira particular, personalizada, desenvolvendo a fala, ou seja, o ser humano constitui-se na e pela linguagem.

Segundo Maurizio Gnerre, a linguagem não é usada somente para veicular informações, isto é, a função referencial denotativa da linguagem não é senão uma entre

outras; entre estas exerce uma posição central que é, a função de comunicar ao ouvinte a posição que o falante ocupa de fato ou acha que ocupa na sociedade em que vive. As pessoas falam para serem “ouvidas”, às vezes para serem respeitadas e também para exercerem uma influência no ambiente em que realizam os atos lingüísticos.

O poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-la num ato lingüístico (Bourdieu, 1997). As produções lingüísticas adquirem valor se realizadas no contexto social e cultural apropriado. As regras que governam a produção apropriada dos atos de linguagem levam em conta as relações sociais entre o falante e o ouvinte. Todo ser humano tem que agir verbalmente de acordo com tais regras, isto é, tem que “saber”:

- a) quando pode falar e quando não pode;
- b) que tipo de conteúdos referenciais, lhe são consentidos;
- c) que tipo de variedade lingüística é oportuno que seja usada, pois como diz

Gnerre:

(...) nem todos os integrantes de uma sociedade têm acesso a todas as variedades e muito menos a todos os conteúdos referenciais. Somente uma parte dos integrantes das sociedades complexas por exemplo, tem acesso a uma variedade “cultura” ou “padrão”, considerada geralmente “a língua”, e associada tipicamente a conteúdos de prestígio.
(GNERRE, 1985 : 5)

LI – LÍNGUA COLOQUIAL X GRAMÁTICA

Costuma-se pensar o estudo da língua como ensino de gramática, e o ensino de gramática como ensino de regras. Conceituando gramática, no sentido mais comum, diria-se que: *É um conjunto de regras que um cientista dedicado ao estudo de fatos, da língua encontra nos dados a partir de uma certa teoria de um certo método.* (GERALDI 2000: 47)

Nesse caso, a Gramática é como um conjunto de leis que regem a estruturação real de enunciados produzidos por falantes, regras que são utilizadas na fala, no dia-a-dia, ou ainda, a Gramática é designada como *um conjunto de regras que devem ser seguidas por aqueles que querem falar e escrever corretamente*. (POSSENTI, 2000 : 47)

Ao considerar a gramática como um guia com normas de bom uso da língua, a serem seguidas por aqueles que querem expressar-se adequadamente Eglê Franchi (1993), rotula essa gramática como Normativa. Segundo ela quando alguém diz que sabe gramática é porque o mesmo conhece e domina as normas que regem a língua tida como padrão ou culta e que todas as outras formas de uso da língua são erros ou degenerações da variedade que se considerou como norma culta.

Em contraposição à norma culta, presa aos modelos e normas da gramática normativa, há a língua coloquial, que é usada diariamente pelo povo e é desprovida de qualquer preocupação com a correção gramatical.

A Gramática Normativa prende-se ao conceito de que a língua abarca apenas umas das variantes lingüísticas: a norma culta – que estabelece preconceito e exclui outras formas de falar, que são consideradas *erradas*, isto é, não pertencentes a língua. Segundo Possenti (2000), *para a gramática normativa, a língua corresponde às formas de expressão observadas e produzidas por pessoas cultas, de prestígio*.

Dentro dessa concepção de língua, em que o indivíduo que fala diferente da norma culta, fala errado, nada mais é que um preconceito extremamente elitista, pois neste caso, a linguagem é limitada à dimensão formal, a um conjunto de regras e normas e a uma metalinguagem.

A comunicação envolve mais de um sujeito e isto comprova o caráter social do signo lingüístico. Este processo de interação envolve uma negociação e acordo do significado entre ambos, o que concomitantemente comprovará a interação social da linguagem. É importante ressaltar no entanto, que a linguagem pode servir de manipulação por alguns dependendo do contexto de sua articulação. Neste sentido, percebemos que a linguagem é lugar de funcionamento da ideologia.

Segundo Bakhtin (1986), *o que confere o caráter ideológico à palavra é o campo no qual e em referência ao qual esta é utilizada. Em outros termos, é o lugar de onde se fala*.

Os estudos mostram-nos que, aquilo que foge às regras estabelecidas pela Gramática Normativa, sofre uma grande discriminação, que é o preconceito lingüístico, é apenas o resultado da ignorância, da intolerância ou da manipulação ideológica, (...) *a lutar contra as*

mais variadas formas de preconceito, a mostrar que eles não têm nenhum fundamento racional, nenhuma justificativa, e que são apenas o resultado da ignorância ou da manipulação ideológica. (BAGNO 1999 : 13)

O preconceito lingüístico é muito comum dentro da sociedade brasileira, pois o mesmo é alimentado diariamente pela Gramática Normativa, livros didáticos, considerados como instrumentos tradicionais de ensino da língua e ainda pelos meios de comunicação, todos tentando ensinar um *modelo de fala correta*.

Ao considerar que o objetivo das aulas de Língua Portuguesa é dar oportunidades ao aluno para dominar a língua culta, poderíamos também acrescentar outra questão defendida por Geraldi (2000), *a dicotomia entre o ensino da língua e o ensino da metalinguagem*.

Ainda segundo o referido autor o domínio efetivo e ativo de uma língua dispensa o uso de uma metalinguagem técnica isso, se ficar claro que conhecer uma língua é uma coisa e conhecer sua gramática é outra, que saber uma língua é diferente de analisá-la, usar suas regras é diferente ainda de explicitar quais são as regras. Pode-se falar e escrever numa língua sem saber nada sobre ela.

Segundo Eglê Franchi (1993), o problema não é que o indivíduo venha a dominar outro modo de expressar-se; nem tem sentido opor ao dialeto culto sem afirmações tão preconceituosas como as que se referem ao dialeto dito *vulgar* ou *caipira*, isto é, alegar que o dialeto culto é *menos* comunicativo, numa inversão ingênua da teoria do *bom uso* e do *mau uso*. O problema está em criar condições para que as crianças dominem esse dialeto culto padrão, sem que necessariamente, excluam o seu próprio dialeto, ou seja, sem que assumam contra si próprios os preconceitos sociais que o privilegiam.

Infelizmente o ensino da gramática está sendo feito de forma desarticulada das práticas de linguagem, o que tornou-se um conteúdo restrito à escola, que só serve para o aluno fazer uma boa prova e passar de ano. Isso levanta um grande questionamento, se há ou não necessidade de se ensinar gramática, para que e como ensiná-la ?

Saber uma gramática não significa saber de cor algumas regras que se aprendem na escola, ou fazer algumas análises morfológicas e sintáticas. As crianças não estudam sintaxe de colocação antes de ir para a escola, mas sempre que falam, usam um artigo e um nome por exemplo *a menina*.

Nesta perspectiva pode-se dizer que saber uma gramática é saber dizer e saber entender frases. As escolas de fato não ensinam língua materna a nenhum aluno, pois ao ingressar nesta instituição, este já a fala. Então, se as línguas e dialetos são complexos e se os falantes

dominam, isto é, têm conhecimento de uma estrutura complexa, é porque não se pode acreditar que com isso as escolas não teriam mais o que ensinar. A função primordial da escola é de ensinar, o padrão, em especial o escrito.

(...) porque,, quando a escola ensina, o que ela ensina mesmo é a modalidade escrita dessa língua, mas não propriamente a língua. (...) Mesmo para ensinar “só” a escrita padrão, a escola tem tarefas imensas. Mas deve-se reconhecer que são bem menores do que seriam se os alunos não soubessem nem falar. (POSSENTI, 2000: 32)

Ao selecionar os conteúdos de análise linguística é precisamos ter claro que a referência não pode ser a gramática tradicional pois não podemos preocupar-nos em reconstruir com os alunos o mesmo quadro nos manuais de gramática, como o estudo ordenado das classes de palavras com suas várias divisões, construção de paradigmas morfológicos, conjugações verbais em todas as suas formas modais e temporais, ou ainda, normas de concordância com suas exceções reconhecidas. Esse processo fará que o aluno aprenda somente a metalinguagem de análise da língua.

Sabemos que qualquer falante de português, possui um conhecimento implícito da língua das normas gramaticais, todavia este não está apto para explicitá-las, já que as mesmas são adquiridas de forma natural e espontânea. Isso ocorre mesmo com pessoas que nunca estudaram a gramática e chegam a um conhecimento implícito dela através da língua.

Vemos a necessidade da escola em considerar as condições de produção dos alunos, isto é, a historicidade destes, pois cada um de nós temos uma personalidade única, cada aluno é um indivíduo diferente, cada classe constitui uma realidade particular, cada escola tem sua característica própria, cada momento histórico possui suas peculiaridades. Essa realidade que é complexa, exige no mínimo, o seu legítimo respeito.

1.2 LÍNGUA COLOQUIAL X LINGUISTAS

Segundo Bagno (1998), *Ninguém fala “mais certo”, porque todo o mundo fala “igualmente certo”.*

A Linguística mostra que o indivíduo aprende a língua no próprio uso, construindo um conjunto de regras, o que constituirá a sua gramática interna. Os estudiosos lingüistas desconsideram o fato pelo qual o falante adquire sua competência lingüística, averso à gramática que parte das regras para o uso.

Sabe-se que toda a língua é heterogênea, com variações regionais, sociais, individuais. Para a Linguística essa variedade não é considerada como “erros”, mas sim diferenças, isso é o que afirma Bagno:

A língua escrita é só uma representação simbólica da língua falada, e não um retrato fiel dela. Por isso, embora a ortografia de cada palavra seja uma só para todo o país, cada falante brasileiro de português terá seu modo particular de pronunciá-la. (BAGNO, 1999:91)

Em consonância com tal afirmação Possenti concebe a língua como construção de significados sociais, cujo conteúdo não se limita a uma forma gramatical, porque aprender a língua é o resultado de práticas efetivas, significativas e contextualizadas o que nos remete mais uma vez para o conceito social da linguagem de Bakhtin, como veremos a seguir:

Bakhtin por sua vez, valoriza justamente a fala, a enunciação, e afirma sua natureza social, não individual: a fala está indissoluvelmente ligada as condições da comunicação, que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais. (VOLOCHINOV, 1995: 14)

Nós falamos aquilo que somos porque a língua vai além de ser só um meio de comunicação, ela nos concebe enquanto seres humanos, por isso conscientizar-se da existência de uma pluralidade de normas lingüísticas é uma forma de valorizar o indivíduo em seu próprio meio.

Com base nas teorias aqui expostas, faremos a seguir, a análise dos dados levantados a partir da oralidade.

A LÍNGUA DENOMINADA "CULTA": UMA VARIANTE DE PRESTÍGIO E PODER.

Sabemos que a distinção do ser humano de outros animais, é feita através da linguagem, isto é, da capacidade humana de comunicar por meio de uma língua. O uso efetivo da mesma está sujeito a criatividade e ao desenvolvimento da liberdade de compreensão e expressão.

Num país como o Brasil, de dimensões continentais, é de se esperar que haja variantes lingüísticas, de acordo com os agrupamentos humanos, nas mais diversas regiões do país. Com isso surgem equivocadas concepções entre o *certo* e o *errado* no falar.

Os estudos mostram-nos que toda e qualquer língua é heterogênea, no Brasil é apenas um mito dizer que há uma unidade lingüística, pois temos que considerar que a gramática normativa, não é a língua, mas uma descrição parcial da mesma. A norma padrão culta, considerada *correta*, é apenas uma das muitas variedades no uso da língua. Sabe-se que no Brasil, fala-se mais de duzentas línguas.

O fato de no Brasil o português ser a língua da imensa maioria da população não implica, automaticamente, que esse português seja um bloco compacto, coeso e homogêneo. Na verdade como costume dizer, o que habitualmente chamamos de português é um grande "balaio de gatos" onde há gatos dos mais diversos tipos: machos, fêmeas, brancos, pretos, malhados, grandes, pequenos, adultos, idosos, (...), cada um desses "gatos" é uma variedade do português brasileiro, com sua gramática específica, coerente, lógica e funcional. (BAGNO, 1999: 18)

Existe uma grande divergência entre a Gramática Normativa e a Lingüística. A Gramática Normativa estabelece critérios *certos* e *errados*, pois a mesma considera correto aquilo que obedece ao padrão culto da língua e nega-se a existência de uma pluralidade de normas lingüísticas dentro do universo da Língua Portuguesa, fato esse que faz com que a língua se torne estática.

Já a Lingüística apresenta uma língua dinâmica, a qual está diariamente em construção e não almeja *o modelo da expressão correta*.

Na leitura, o olho instituído do gramático ou do lógico deve ceder prioridade a um ouvido atento à música que se exprime através dos signos: ser surdo às modulações da voz significa ser cego às modalidades do sentido. (Bento Prado Jr. in DASCAL, 1989: 64)

Como sabemos o Brasil é um país dividido em cinco regiões (Sul, Sudeste, Centro – Oeste, Norte e Nordeste) e em cada região fala-se de uma maneira. A região Nordeste segundo Bagno (1999), é um *prato cheio* para sofrer preconceitos lingüísticos, tomamos como exemplo a palavra registrar, em que nessa região ao ser pronunciada a letra g assume o som de z /*rezistrar*/ . Surge então a questão, eles falam errado?

O referido autor postula, que não existe fala errada, existem formas diferentes de se falar e mais, algo que determinado indivíduo fala e estabelece um grau de compreensão, está correto.

Podemos observar no cotidiano que a maneira de se expressar de moradores da zona rural é diferente dos que residem na cidade. Quando um menino vem da *roça* e fala *nóis fumo onte passeá*, a professora com certeza julga-o errado e corrige dizendo: *nós fomos ontem passear*.

Compreendemos claramente a mensagem que esse menino quis passar. Assim, sendo as duas formas são corretas, por que dar privilégio justamente a maneira como a professora, o juiz, o advogado, o médico, e outros falam para ser o modelo ensinado nas escolas?

Possenti diz que seria incoerente concordar com a forma de ensino que reduzem a língua a uma única variedade, mesmo que se trate da variedade socialmente prestigiada.

Concordando com tal afirmação, Bagno (1999) diz que isto é apenas uma questão elitista, pois a sociedade avalia as pessoas por meio da linguagem. Para ele, essa discriminação é o resultado da ignorância, da intolerância ou da manipulação ideológica.

A norma culta é socialmente escolhida, por ser a linguagem usada por aqueles que têm um poder aquisitivo maior e acaba sobrepondo-se aos grupos inferiores.

No capítulo I – Dos direitos e deveres individuais e coletivos, da Constituição Brasileira, artigo 5º diz que: *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.*

Vemos que na prática isto ainda é uma utopia, pois este preconceito inicia-se no texto da própria constituição, em que o vocabulário usado para redigir a mesma, somente uma pequena parte dos brasileiros consegue entender. Já que é a língua oficial, deveria ser mais ampla, isto é, de fácil acesso a todos os brasileiros, sem limitar-se só a uma parte da população que certamente é a menor parte.

Além disso é importante relatar que de acordo com o referido artigo todos têm direito à liberdade e à igualdade, não entendemos o porquê das pessoas serem tão discriminadas por expressarem-se usando a linguagem que dominam tão bem.

Percebemos que isto acontece porque está impregnado nas gramáticas, que o certo é pronunciar como se escreve, é como se a escrita fosse superior à pronúncia.

(...) existe uma tendência (...) muito forte no ensino da língua de querer obrigar o aluno a pronunciar "do jeito que se escreve" como se essa fosse a única maneira "certa" de falar português. (BAGNO1999: 52)

Para melhor explicitar o que estamos dizendo, transcrevemos algumas falas:

... tá correto ... a lei é correta ... o juiz simplismenti ... eli tá ... é ... é ... não é ele que impõe é o próprio ECA que é ... o ... o estatuto da criança e do adolescente é qui ... estabelece essas normas... ele simplismenti tá fazendo cumprir a lei ... o que uma criança de dez doze anos vai ficar fazendo na rua depois das vinti duas horas?... o correto também aqui seria ... que os de quatorze a dezoito anos in ... in ... se incluso nessa mesma ordem nesse mesmo estabelecimento ... que uma criança de quatorze a dezoito vai fazer na rua após as vinti duas hora ... mesmo acompanhado? ... portanto o juiz não está fazendo nada além do estabelecido no ECA ... ele simplismenti está botando as regras ... está impondo as regras a serem cumpridas pela própria população ... e qui..com todos esses sistemas dessa lei ... dessa portaria que é ... uma portaria que todos cumpram e que a própria polícia faça também cumprir ... que cabe a eles essa fiscalização não só aos inspetores de menores mas a polícia também tem qui ajudar ... o juiz ... por... porque muitas pessoas tão dizendo que o juiz tá impondo ... o juiz não está impondo tá ... isso aqui ... esse estatuto ... tem muitos anos só que até agora ninguém se preocupou com o adolescente com a criança ... e podi ter certeza que a partir do momento em que ... discutir a lei ele será penalizado ... concordo plenamente que o pai seja responsabilizado por isso ... a criança vai ser preservada ... ele vai ser um adulto sadio ... e que se faça cumprir a lei ... esse é u ... u... entendimento de todos os profissionais da área e direito: preservar ... tanto juiz promotores advogados é preservar ... o direito tá da criança e pra isso os pais têm cumprir a ... os seus deveres.

Esta fala é de uma advogada, com 34 anos de idade, casada e descendente do estado do Mato Grosso do Sul.

Ao retornar ao nosso recorte, percebemos que, embora a Gramática privilegie a fala de um advogado por ser considerada como língua padrão, observa-se na fala acima transcrita, que este uso não é constante, pois ao mesmo tempo que a entrevistada fala *pulicia* logo em seguida pronuncia-se *policia*.

Outro fator relevante a ressaltar é que o sujeito se inscreve no discurso conforme vemos no trecho: *... entendimento de todos os profissionais da área de direito: preservar ... tanto juiz promotores advogados é preservar ...* Com esta fala vemos que ela defende o posicionamento do juiz e também deixa claro a sua opinião sobre o assunto.

A seguir transcrevemos a opinião de outro entrevistado:

... eu acho que ... u ... juiz não está certo ... que desde que us pais esteja cum os filho comprovando que é filho dele ... não tem nada ... di mais agora seria muito errado se us pai saísse largasse os fio sozinho em casa trancado ... a ... minha opinião é essa ... do que preso em casa o que num sabe o que qui podi acontecer ... uma criança ficar doenti ... muita coisa podi acontecer dentro de uma casa os filhos sozinho ... du que os filhos cum o pai ... então eu acho que nessa opi ... na minha opinião ... é isso mesmo.

A fala acima é de uma dona de casa, de 42 anos de idade, casada, descendente do Estado de São Paulo com o Ensino Médio completo.

Na sequência apresentaremos uma fala de um rapaz solteiro, 25 anos de idade, desempregado, ressaltamos que ele estudou somente até a 6ª série do Ensino Fundamental, é descendente da região de Pontes e Lacerda.

... eu acho ... eu acho qui ... isso num tem nada a ver ... eu acho ... qui ... eu acho qui isso tem que deixar mesmo...os menor dar umas vortinhas na rua mesmo ... é isso ... que eu acho ... eu acho qui tano... mesmo cum a companhia dus pai... acho qui... num tem nada a ver... os pai tá cuidando né... e ... outro mesmo até deiz hora... o que ... que o menor pode fazer até deiz hora... se no dia também pode fazer o mesmo que podi fazer à noite... solto na rua.

A nossa preocupação em apresentar algumas características dos entrevistados, é porque somos sabedores que as variações lingüísticas ocorrem por fatores externos (sociais) e fatores internos à língua.

Verificamos alguns fragmentos da primeira entrevista: ... *tá correto / ... porque muitas pessoas tão dizendo que juiz tá impondo...* Na visão da Gramática seria: ...*está correto / ...porque muitas pessoas estão dizendo que o juiz está impondo.* A advogada apesar de ter nível superior, não fala como escreve. A dona de casa e o desempregado não têm a preocupação de falar certo, mas podemos entender claramente a mensagem transmitida pelos mesmos.

Segundo Bagno (1999) essa supervalorização da língua escrita combinada com o desprezo da língua falada, é um preconceito que data antes mesmo do nascimento de Cristo. Essa supervalorização da norma padrão torna-se mais evidente a partir do início do século XIX, em que as únicas profissões valorizadas eram a Medicina e Direito e quem estudava era a minoria, os filhos de burgueses. Vemos que mais uma vez entra em contradição com o que reza na Constituição Brasileira no artigo 205 em que diz: *A educação, direito de todos ...* ainda no artigo 206, item I- *igualdade de condições para acesso e permanência na escola.*

Ao estudarmos a Gramática aprendemos que o artigo deve combinar com o substantivo em gênero e número. Vemos que a dona de casa que estudou somente até o Ensino Médio consegue construir frases de acordo com as regras impostas: ... *us pais ...* .

A advogada, no entanto, dentro de sua profissão que exige um domínio da norma culta, foge às regras estabelecidas pela concordância nominal quando diz: ... *tanto juiz promotores advogados* – a palavra *juiz* não está no plural como o restante da frase e isso acontece também com a dona de casa nos trechos: ... *cum os filho comprovando que é filho dele / largasse os fio sozinho / dentro de uma casa os filhos sozinho* – São erros que acontecem de ambas as partes. esses *erros* não estão nas palavras da advogada ou da dona de casa, o erro sim é de quem impõe que a fala tem que seguir a escrita, pois sabemos que a escrita nunca conseguirá representar fielmente a oralidade.

A língua escrita é só uma representação simbólica da língua falada e não um retrato fiel dela. Por isso, embora a ortografia de cada palavra seja uma só para todo o país, cada falante brasileiro de português terá seu modo particular de pronunciá-la. (BAGNO, 1998: 91)

No trecho seguinte: ... *os menor dar umas vortinhas na rua mesmo* ..., vemos que o rapaz faz uma inversão de fonemas (L por R). e não há nada de errado nisso, levando em consideração a historicidade da Língua Portuguesa, que vem sofrendo transformações diariamente. Esse R que é motivo de *sarro*, considerado *caipira*, os lingüistas dizem que é R retroflexo.

Segundo Bagno (1998), o entrevistado acima fala um português diferente do nosso, mas a língua usada por ele não tem problema nenhum: é coerente, segue as tendências naturais do português e tem uma lógica histórica. O problema das pessoas que falam dessa forma não é lingüístico, é social.

Os entrevistados na oralidade criam uma harmonia vocálica, trocando as vogais *e / o* por *i / u*: *simplismenti / vinti / podi / us / dimai / dus / qui*.

O referido autor diz que esta harmonização vocálica, dá à língua uma musicalidade, uma variedade sonora que só ela tem, e que é muito difícil de ser percebida, é como se fosse uma roupa que só alguns conseguem ver.

Sabemos que a consoante *M* é bilabial, quando pronunciada exige um movimento de fechar e abrir os lábios. A vogal *O* para ser pronunciada, precisa de um arredondamento dos lábios. Quando fechar a boca com a pronúncia da letra *M* e arredondar para a pronúncia do *O*, os lábios se contraem um pouco, e abrem-se menos, ao invés do *O* sai *U* uma vogal mais fechada que o *O*. É o que acontece na fala do rapaz: *cum / com*.

O mesmo entrevistado, ainda na sua oralidade faz uma pergunta de ditongo: *mum / não*.

Observa-se na fala da dona de casa uma troca do dígrafo *lh* para o ditongo *io* – filho / fio, sabemos que a língua está em constante transformação, essa senhora representou com fidelidade a realidade lingüística da língua coloquial.

Todavia nas três falas transcritas há uma redução das conjunções verbais, tanto no gerúndio como do próprio verbo estar: *estando / tano, está / tá, estão / tão*.

Na oralidade do rapaz há uma constante repetição: ... *eu acho ... eu acho qui ... isso num tem nada a ver ... eu acho ... eu acho qui ...* Tal repetição enfatiza o posicionamento do sujeito diante o seu discurso.

Os aspectos aqui analisados foram somente alguns pontos de vista que tivemos. Pode ser que você leitor ao ler o texto consiga visualizar outros aspectos que ficaram na obscuridade, isto, porque sabemos que toda leitura é polissêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a linguagem tem influência do meio social no qual estamos inseridos. E assim sendo cada ser expressa-se de uma maneira.

O modo como cada indivíduo fala, deve-se à sua historicidade ou marcas da própria história da Língua Portuguesa.

E como diz Marcos Bagno, a língua é como uma partitura de uma música em que, cada músico interpretará de uma forma diferente.

Como já dissemos, falar fora dos padrões gramaticais, não significa falar *errado*.

Os aspectos da Língua Coloquial, tachados como errôneos, encontram-se em outras variantes lingüísticas, o que comprova que não são frutos da ignorância ou típicos das classes inferiores.

Vemos que a homogeneidade de uma língua no Brasil, não passa de um mito porque fala-se de diferentes modos a Língua Portuguesa, além disso existem também outras linguagens incorporadas a língua brasileira.

Não adianta tomarmos como superior a língua escrita, em relação a língua falada, pois sabemos que antes mesmo do surgimento da escrita o ser humano já falava e era compreendido. Ao nosso ver a escrita nada mais é do que uma mera representação imperfeita da oralidade, tal afirmação baseia-se no fato de que esta representação nunca conseguirá captar fielmente a língua falada.

Em nossas entrevistas podemos detectar que as diferenças de discursos não acontecem em virtude da escolaridade dos entrevistados. Isso se deve ao fato de que cada um traz consigo uma historicidade que jamais poderá ser apagada.

BIBLIOGRAFIA

BAGNO, Marcos. *A Língua de Eulália*. Novela sociolinguística. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. (V. N. VOLOCHINOV) – *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 7 ed.
São Paulo: Hucitec, 1995.

CALLOU, Dinah. *Iniciação à fonética e à fonologia* / Dinah Callou, Yonne Leite. – 6. Ed. –
Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

CONSTITUIÇÃO: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro gráfico,
1988.

DASCAL, Marcelo. (org.) *Conhecimento, Linguagem, Ideologia*. São Paulo: Perspectiva,
1989 – Debates; v. 213.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1990. – Coleção Primeiros
Passos.

FRANCHI, Eglê. *E as crianças eram difíceis... A redação na Escola*. São Paulo: Martins
Fontes, 1993.

GERALDI, João Wanderley. *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 2000.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

MARTINS, Maria Helena. (org.) *Questões de Linguagem*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 1996.
Coleção Repensando o Ensino.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. 4 ed. Coleção passando a limpo. São Paulo:
Cortez, 1999.

_____. *O que é Lingüística*. Coleção primeiros passos. São Paulo:
Brasiliense, 1986.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: Mercado
de Letras, 2000. (Coleção Leituras no Brasil)

THAÍS, Cristóvão Silva. *Fonética e Fonologia do Português: roteiro de estudos e guia de
exercícios*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1999.

ANEXOS

... tá correto... a lei é correta... o juiz simplismenti... eli tá... é... é... não é ele que impõe é o próprio ECA que é... o ... o estatuto da criança e do adolescente é qui...estabelece essas normas... ele simplismenti tá fazendo cumprir a lei... o que uma criança de dez doze anos vai ficar fazendo na rua depois das vinte duas horas? ... o correto também aqui seria... que os de quatorze a dezoito anos in... in... se incluso nessa mesma ordem nesse mesmo estabelecimento... que uma criança de quatorze a dezoito vai fazer na rua após as vinte duas hora... mesmo acompanhado? ... portanto o juiz não está fazendo nada além do estabelecido no ECA.... ele simplismenti está botando as regras... está impondo as regras a serem cumpridas pela própria população... e qui...com todos esses sistemas dessa lei... dessa portaria que é... uma portaria que todos cumpram e que a própria polícia faça também cumprir... que cabe a eles essa fiscalização não só aos inspetores de menores mas a polícia também tem qui ajudar... o juiz...por ... porque muitas pessoas tão dizendo que o juiz tá impondo... o juiz não está impondo tá... isso aqui... esse estatuto...tem muitos anos só que até agora ninguém se preocupou com o adolescente com a criança...e podi ter certeza que a partir do momento em que... discutir a lei ele será penalizado...concordo plenamente que o pai seja responsabilizado por isso... a criança vai ser preservada... ele vai ser um adulto sadio...e que se faça cumprir a lei...esse é u... u.. entendimento de todos os profissionais da área de direito: preservar...tanto juiz promotores advogados é preservar...o direito tá da criança e pra isso os pais têm cumprir a ... os seus deveres.

(Transcrição feita de acordo com a pronúncia do entrevistado.)

... eu acho que... u.. juiz não está certo...que desde que us pais esteja cum os filho comprovando que é filho dele... não tem nada... di mais agora seria muito errado se us pai saisse largasse os fio sozinho em casa trancado....a ... minha opinião é essa... do que preso em casa o que num sabe o que qui podi acontecer... uma criança ficar doenti... muita coisa podi acontecer dentro de uma casa os filhos sozinho... du que os filhos cum o pai... então eu acho que nessa opi... na minha opinião...é isso mesmo.

(Transcrição feita de acordo com a pronúncia do entrevistado)

... eu acho... eu acho qui... isso num tem nada a ver... eu acho... qui... eu acho qui isso tem que deixar mesmo...os menor dar umas vortinhas na rua mesmo.. é isso... que eu acho... eu acho qui tano... mesmo cum a companhia dus pai... acho qui... num tem nada a ver... os pai tá cuidando né... e ... outro mesmo até deiz hora... o que ... que o menor pode fazer até deiz hora... se no dia também pode fazer o mesmo que podi fazer à noite... solto na rua.

(Transcrição feita de acordo com a pronúncia do entrevistado)